

Gonçalo Farias de Oliveira Junior

**ORDEM ECONÔMICA
E
DIREITO PENAL ANTITRUSTE**

**5ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2014

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-4906-3

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ermani de Carvalho Pacheco

Oliveira Junior, Gonçalo Farias de.

O48 Ordem econômica e direito penal antitruste./ Gonçalo
Farias de Oliveira Junior./ 5ª edição./ Curitiba: Juruá, 2014.
418p. (Coleção Biblioteca de Estudos Avançados
em Direito Penal e Processual Penal)

1. Direito antitruste. 2. Direito penal. I. Título.

CDD 346.07(22.ed)
CDU 347.7

000023

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
-------------------------	----

Primeira Parte **ORDEM ECONÔMICA**

Capítulo I – ORDEM JURÍDICA DA ATIVIDADE ECONÔMICA	33
--	----

1 Resgate Histórico	33
2 Percepções Terminológicas do Vocábulo “Ordem”	43
3 Rastreamento Terminológico e Conceitual da Expressão “Ordem Econômica”	47
4 A Juridicização Constitucional da Ordem Econômica	52
5 Constituição Econômica.....	55
6 A Ordem Econômica no Constitucionalismo Pátrio.....	68

Capítulo II – A ATUAÇÃO ESTATAL NO CAMPO ECONÔMICO ...	79
---	----

1 Nota Preambular.....	79
2 A Exploração Direta de Atividade Econômica pelo Estado	84
3 O Estado como Agente Normativo e Regulador da Economia	86

Segunda Parte **AS BASES CONSTITUCIONAIS DA ORDEM ECONÔMICA**

Capítulo I – PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA ..	93
---	----

1 Prévia Apresentação.....	93
2 Soberania Nacional Econômica.....	95
3 Propriedade Privada e sua Função Social.....	98
4 Livre Concorrência.....	102

5	Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente	105
6	Redução das Desigualdades Regionais e Sociais e Busca do Pleno Emprego	110
7	Tratamento Favorecido para as Empresas de Pequeno Porte	113
8	Livre Exercício de Qualquer Atividade Econômica	113
Capítulo II – OUTROS PRECEITOS PRINCIPIOLÓGICOS IN-FORMADORES DA ORDEM ECONÔMICA		
1	Observações Iniciais.....	115
2	Dignidade da Pessoa Humana	116
3	Valores Sociais do Trabalho e da Livre-Iniciativa	118
4	Construção de uma Sociedade Livre, Justa e Solidária, Garantia do Desenvolvimento Nacional, Erradicação da Pobreza e da Marginalização	121
5	Sujeição da Economia aos Ditames da Justiça Social	122
Terceira Parte		
A INTERVENÇÃO PENAL NO ÂMBITO DA ATIVIDADE ECONÔMICA		
Capítulo I – DIREITO PENAL ECONÔMICO		
1	Considerações Gerais	127
Capítulo II – OS FUNDAMENTOS DA TUTELA PENAL ANTI-TRUSTE.....		
1	<i>A Ratio</i> da Incriminação.....	133
Capítulo III – EXCURSUS CRONOLÓGICO.....		
1	Primeiros Comentários	163
2	A Disciplina Infraconstitucional da Atividade Econômica	172
Quarta Parte		
CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA NA LEI 8.137/90 (ART. 4º, INCS. I E II, ALÍNEAS “A”, “B” E “C”)		
Capítulo I – PRIMEIRAS IMPRESSÕES		
Capítulo II – ARTIGO 4º		
1	Inc. I – Abuso do Poder Econômico.....	193

1.1	Ajuste ou acordo de empresas.....	208
2	Inc. II – Formação de Acordo, Convênio, Ajuste ou Aliança entre Ofertantes	223
2.1	Alínea “a” – Fixação Artificial de Preços ou Quantidades Vendidas ou Produzidas.....	226
2.2	Alínea “b” – Controle Regionalizado do Mercado	228
2.3	Alínea “c” – Controle de Rede de Distribuição ou de Fornecedores.....	230
Capítulo III – BENS JURÍDICOS PROTEGIDOS.....		233
1	A Perspectiva Constitucional do Bem Jurídico	233
2	Balizamento dos Entes Valorados	235
Capítulo IV – SUJEITOS DOS CRIMES		239
1	Sujeito Ativo	239
2	Sujeito Passivo	243
Capítulo V – TIPICIDADE SUBJETIVA		245
1	O Dolo e o Elemento Subjetivo Especial	245
Capítulo VI – OUTRAS QUESTÕES.....		249
1	Das Penas	249
1.1	Causas de Aumento	251
1.1.1	Grave dano à coletividade	252
1.1.2	Servidor público no exercício de suas funções.....	252
1.1.3	Prestação de serviços ou comércio de bens essenciais à vida ou à saúde	253
2	Delação Premiada.....	254
3	Suspensão Condicional do Processo e Transação Penal.....	255
4	Acordo de Leniência	260
5	Compromisso de Ajustamento de Conduta	263
6	Compromisso de Desempenho.....	264
7	Compromisso de Cessaçã.....	266
8	Transação Judicial	268
9	Ação Penal	269
10	Competência.....	270

11 Suspensão do Processo Penal até o Encerramento do Processo Administrativo no Âmbito do CADE.....	278
12 Fixação de Indenização em Razão do Dano e Medidas Assecuratórias.....	281
13 Medidas Assecuratórias.....	286

Quinta Parte

CONDUTAS DESCRIMINALIZADAS PELA LEI 12.529/11

(ART. 4º, INC. I, ALÍNEAS “B” A “F”, E
INCS. III A VII, E ARTS. 5º E 6º)

Capítulo I – O REVÉS LEGISLATIVO.....	291
1 Breve Explicação.....	291
Capítulo II – ARTIGO 4º	299
1 Inc. I, “B” – Aquisição de Acervos de Empresas ou Cotas, Ações, Títulos ou Direitos.....	299
2 Inc. I, “C” – Coalizão, Incorporação, Fusão ou Integração de Empresas.....	302
3 Inc. I, “D” – Concentração de Ações, Títulos, Cotas, ou Direitos em Poder de Empresa, Empresas Coligadas ou Controladas, ou Pessoas Físicas	304
4 Inc. I, “E” – Cessação Parcial ou Total das Atividades da Empresa ..	307
5 Inc. I, “F” – Impedimento à Constituição, Funcionamento ou Desenvolvimento de Empresa Concorrente	309
6 Inc. III – Discriminação de Preços de Bens ou de Prestação de Serviços por Acordo entre Grupos Econômicos.....	311
7 Inc. IV – Açambarcamento, Sonegação, Destruição ou Inutilização de Bens de Produção ou de Consumo	316
8 Inc. V – Oscilação de Preços em Detrimento de Empresa Concorrente ou Vendedor de Matéria-Prima, Mediante Acordo ou Por Outro Meio Fraudulento.....	319
9 Inc. VI – Venda de Mercadorias Abaixo do Preço de Custo.....	322
10 Inc. VII – Elevação dos Preços de Bens ou Serviços	330
Capítulo III – ARTIGO 5º	335
1 Inc. I – Exigência de Exclusividade de Propaganda, Transmissão ou Difusão de Publicidade.....	335

2	Inc. II – Subordinação de Venda de Bem ou Utilização de Serviço à Aquisição de Outro Bem ou ao Uso de Determinado Serviço.....	338
3	Inc. III – Sujeição de Venda de Bem ou Utilização de Serviço à Aquisição de Quantidade Arbitrariamente Determinada.....	342
4	Inc. IV – Recusa de Informação à Autoridade Competente ou Inexatidão Sobre o Custo de Produção ou Preço de Venda.....	344
5	Parágrafo único – Falta de Atendimento à Exigência da Autoridade	348
Capítulo IV – ARTIGO 6º		353
1	Inc. I – Venda ou Oferecimento à Venda de Mercadoria, ou Contratação ou Oferecimento de Serviço, por Preço Superior ao Oficialmente Tabelaado, Fixado ou Estabelecido	353
2	Inc. II – Aplicação de Fórmula de Reajustamento de Preços ou Indexação de Contrato Proibida ou Diversa Daquela Legalmente Estabelecida, ou Fixada por Autoridade Competente	358
3	Inc. III – Exigência, Cobrança ou Recebimento de Qualquer Vantagem ou Importância Adicional de Preço Tabelaado, Congelado, Administrado, Fixado ou Controlado pelo Poder Público.....	360
CONCLUSÕES		363
PROPOSIÇÕES DE LEGE FERENDA		369
REFERÊNCIAS		373
ANEXO		393
	Lei 8.137, de 27.12.1990, Arts. 4º, 5º, 6º, 9º, 10 e 12	393
	Lei 12.529, de 30.12.2011, Arts. 116, 127 e 128.....	397
ÍNDICE ALFABÉTICO		399